Singapura como sede: tribunais e execução

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A política de intervenção judicial mínima

A atratividade de uma sede depende em grande parte de seus tribunais. Os tribunais de Singapura têm descrito de forma constante seu papel como de apoio e de supervisão limitada. Em *Soh Beng Tee & Co Pte Ltd v Fairmount Development Pte Ltd*, julgado em 9 de maio de 2007, a Court of Appeal ressaltou a autonomia do processo arbitral e advertiu que uma intervenção agressiva estimularia atrasos e impugnações sem fundamento. A parte que alega violação da justiça natural deve identificar a regra violada, demonstrar como foi violada e estabelecer um nexo causal com a sentença arbitral, bem como um prejuízo efetivo.[1]

Essa contenção tornou-se a marca da sede de Singapura. Como a lei não prevê recurso geral sobre questões de direito, uma parte pode contar com que a sentença arbitral não será reaberta quanto ao mérito. O debate de reforma de 2025 mostrou que alguns usuários receberiam bem um recurso limitado e opcional sobre questões de direito, o que aproximaria Singapura do modelo inglês.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Suspensão de processos judiciais e arbitrabilidade

O primeiro teste de uma sede surge quando uma parte ignora a cláusula compromissória e ajuíza ação perante um tribunal estatal. Em *Tomolugen Holdings Ltd v Silica Investors Ltd*, julgado em 26 de outubro de 2015, a Court of Appeal decidiu que o tribunal que examina uma suspensão nos termos da seção 6 só precisa se convencer, num juízo prima facie, de que existe uma convenção de arbitragem válida que abrange o litígio. O tribunal decidiu também que as pretensões por opressão de minoritários (minority oppression) com base no Companies Act são em geral arbitráveis, pois dizem respeito às expectativas comerciais dos acionistas e não envolvem os interesses públicos em jogo na liquidação.[2] A decisão é relevante para joint ventures e holdings familiares, cujos acordos de acionistas costumam conter cláusulas compromissórias.

Em *Anupam Mittal v Westbridge Ventures II Investment Holdings*, julgado em 6 de janeiro de 2023, a Court of Appeal refinou a abordagem da arbitrabilidade. Um litígio inarbitrável segundo a lei que rege a convenção de arbitragem não prosseguirá em Singapura. O mesmo vale para um litígio inarbitrável segundo o direito de Singapura, porque ambos os resultados ofenderiam a ordem pública nos termos da seção 11. No caso concreto, o tribunal concluiu que o direito de Singapura regia a convenção de arbitragem, de modo que o processo movido pelo acionista indiano perante o National Company Law Tribunal a violava.[3] O caso ilustra como os tribunais de Singapura protegem as convenções de arbitragem contra processos paralelos no Estado de origem de uma das partes.

A lei aplicável à convenção de arbitragem

Qual lei rege a própria convenção de arbitragem é uma questão recorrente nas operações asiáticas, em que o contrato principal, a sede e as partes pertencem muitas vezes a sistemas jurídicos diferentes. Em *BCY v BCZ*, julgado em 9 de novembro de 2016, a High Court aplicou um teste em três etapas: escolha expressa, escolha implícita e vínculo mais estreito. Decidiu que a lei escolhida para o contrato principal é um forte indício da lei da convenção de arbitragem, mesmo quando a

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

sede se situa em outro país.[4] A consulta de 2025 perguntou se essa regra de criação jurisprudencial deveria dar lugar a uma regra legal, possivelmente seguindo a lei inglesa de 2025.

Anulação: os fundamentos e seus limites

Uma sentença arbitral proferida em Singapura só pode ser impugnada perante os tribunais de Singapura e apenas por fundamentos limitados. São os fundamentos do artigo 34 da Lei Modelo, entre eles incapacidade, invalidade da convenção, falta de notificação, excesso de competência, composição irregular do tribunal arbitral e ordem pública. A seção 24 acrescenta mais dois: sentença obtida mediante fraude ou corrupção, ou por elas afetada, e violação da justiça natural que tenha prejudicado os direitos de uma parte.[5]

Os tribunais aplicam esses fundamentos de forma estrita. Em *Coal & Oil Co LLC v GHCL Ltd*, a High Court recusou-se a anular uma sentença do SIAC sobre um contrato de fornecimento de carvão, embora o árbitro único tivesse levado cerca de dezenove meses após as manifestações finais para proferi-la. O atraso por si só, decidiu o tribunal, não viola a ordem pública. Uma violação processual também precisa ser mais do que "arid, technical, or trifling" (estéril, técnica ou insignificante).[6]

Os tribunais intervêm quando a integridade do processo está em jogo. Em *DJP v DJO*, julgado em 8 de abril de 2025, a Court of Appeal confirmou a anulação de uma sentença da ICC com sede em Singapura relativa a um contrato de ferrovia de carga na Índia. Pelo menos 212 dos 451 parágrafos da sentença haviam sido extraídos de sentenças de duas arbitragens paralelas presididas pelo mesmo árbitro presidente. O tribunal concluiu que um observador imparcial suspeitaria de prejulgamento, que as partes haviam sido privadas de uma audiência justa sobre material que não podiam ver e que os coárbitros não haviam estado em pé de igualdade com o presidente.[7] A decisão foi amplamente lida como um sinal de que a intervenção mínima termina quando um tribunal arbitral deixa de decidir o caso que lhe foi submetido.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Execução de sentenças de Singapura e a escolha de remédios

Uma sentença arbitral proferida em Singapura é executada em Singapura nos termos da seção 19 e no exterior com base na Convenção de Nova York. Em *PT First Media TBK v Astro Nusantara International BV*, julgado em 31 de outubro de 2013, a Court of Appeal examinou a situação de uma parte que não havia impugnado a competência do tribunal arbitral na sede. Decidiu que a Lei Modelo assenta numa "escolha de remédios" (choice of remedies). Uma parte pode requerer a anulação da sentença ou opor-se à sua execução, invocando os fundamentos do artigo 36 mesmo contra uma sentença de Singapura.[8] O caso nasceu de um litígio entre grupos de mídia da Indonésia e da Malásia. Mostrou que os tribunais de Singapura examinam com seriedade as objeções de competência, mesmo na fase de execução.

Sentenças estrangeiras e a Convenção de Nova York

A Parte 3 da lei rege as sentenças arbitrais estrangeiras. Uma sentença estrangeira pode ser executada por meio de ação ou da mesma forma que uma sentença de Singapura, mediante apresentação da sentença autenticada, da convenção de arbitragem e, se necessário, de uma tradução certificada para o inglês. A execução só pode ser recusada pelos fundamentos enumerados na seção 31, que reproduzem o artigo V da Convenção de Nova York.[9] Esses fundamentos incluem a invalidade da convenção, a falta de notificação adequada, o excesso de mandato, a irregularidade processual, a anulação da sentença na sede, a inarbitrabilidade e a ordem pública.

Para o centro financeiro, essa função tem importância prática. Muitos devedores mantêm contas bancárias, ações ou imóveis em Singapura, de modo que credores titulares de uma sentença arbitral de Londres, Paris ou Hong Kong vêm a Singapura para executá-la. Decisões recentes estenderam esse alcance a Estados. Em 2025, a Singapore International Commercial Court recusou-se a anular a autorização para executar três sentenças do caso Yukos contra a Federação Russa. Em 2026, a High Court decidiu que a Espanha, ao aderir à Convenção do ICSID, havia se submetido à jurisdição dos tribunais de Singapura para o reconhecimento de uma sentença do ICSID.[10]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

A Singapore International Commercial Court julga cada vez mais pedidos de anulação ou de execução de sentenças arbitrais. *DJP v DJO* chegou a seus juízes em primeira instância e, em grau de recurso, à Court of Appeal, que atuou com um juiz internacional, Lord Neuberger. A estrutura da SICC, seus juízes estrangeiros e suas regras sobre advogados estrangeiros são examinados no capítulo F.III.

Notas

1. *Soh Beng Tee & Co Pte Ltd v Fairmount Development Pte Ltd* [2007] SGCA 28, 9 de maio de 2007 (Chan Sek Keong CJ, Andrew Phang Boon Leong JA, V K Rajah JA), par. [59] e [62]; *Soh Beng Tee* (nota acima), par. [29], [73] e [86]. ↩
2. *Tomolugen Holdings Ltd v Silica Investors Ltd* [2015] SGCA 57, 26 de outubro de 2015 (Sundaresh Menon CJ, Chao Hick Tin JA, Chan Sek Keong SJ), par. [63]–[64], [70], [84], [88] e [97]. ↩
3. *Anupam Mittal v Westbridge Ventures II Investment Holdings* [2023] SGCA 1, 6 de janeiro de 2023 (Sundaresh Menon CJ, Judith Prakash JCA, Steven Chong JCA), par. [55] e [60] (abordagem "composite"); *Anupam Mittal* (nota acima), par. [75] e [96]. ↩
4. *BCY v BCZ* [2016] SGHC 249, 9 de novembro de 2016 (Steven Chong J), par. [40], [49] e [65]. ↩
5. International Arbitration Act 1994, seção 24(a)–(b), "in addition to the grounds set out in Article 34(2) of the Model Law". ↩
6. *Coal & Oil Co LLC v GHCL Ltd* [2015] SGHC 65, 12 de março de 2015 (Steven Chong J), par. [51], [63] e [75]. ↩
7. *DJP and others v DJO* [2025] SGCA(I) 2, 8 de abril de 2025 (Sundaresh Menon CJ, Steven Chong JCA, David Edmond Neuberger IJ), par. [61], [70], [74]–[76] e [80]–[83]; recurso contra *DJO v DJP* [2024] SGHC(I) 24. ↩
8. *PT First Media TBK v Astro Nusantara International BV* [2013] SGCA 57, 31 de outubro de 2013 (Sundaresh Menon CJ, V K Rajah JA, Judith Prakash J), par. [65], [74] e [99]. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

9. International Arbitration Act 1994, seções 29(1), 30(1) e 31(1)–(4): a execução pode ser recusada nos casos enumerados “but not otherwise”. ↩
10. Global Arbitration Review, *The Asia-Pacific Arbitration Review 2027* (nota acima), sobre *Hulley Enterprises Ltd v The Russian Federation* [2025] SGHC(I) 19 e *NextEra Energy Global Holdings BV v Kingdom of Spain* [2026] SGHC 43. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com